

# BRASIL E ARGENTINA: ENTÃ

Samuel Costa Filho\* e Luis Carlos Rodrigues Cruz "Puscas" \*\*

No Brasil, o noticiário e o discurso econômico de jornais, da TV e de revistas semanais consegue informar e esclarecer a população em geral ou ao cidadão da classe média, que não disponha de graduação em Economia sobre questões econômicas, sobre o comportamento da economia brasileira e da economia mundial?

No livro *A Era do Conformismo: as expectativas econômicas frustradas*, o economista Paul Krugman (1992) afirma existir três espécies de leitura sobre economia: o "grego", o "sobe-e-desce" e a leitura "de aeroporto". O "grego" compreende a maneira como os profissionais e professores se comunicam. É constituído de notação formal, teórica e/ou matemática. Acontece que para os indivíduos não iniciados na Ciência Econômica fica difícil a compreensão até dos melhores textos dessa disciplina. Do mesmo modo que nos outros campos da academia, encontramos entre os economistas o seu quinhão de "picaretas" e "charlatões", usando uma linguagem complicada para encobrir a banalidade de suas idéias.

A economia de "elevador" ou do "sobe-e-desce" é apresentada diariamente pela mídia nas páginas de economia dos jornais e nos noticiários dos telejornais. Preocupado com as últimas notícias e os números mais recentes da economia, esse noticiário se apresenta incompreensível e terrivelmente monótono, passando a impressão de que a economia do "sobe-e-desce" é tudo o que os economistas sabem ou fazem.

Por fim, a economia de "aeroporto", cuja linguagem a torna quase sempre um best-seller de economia, apresenta uma visão pessimista ou otimista sobre o futuro da atividade econômica. Essa espécie de leitura costuma ser engraçada, raramente bem informada e jamais séria. Apresenta uma falta de meio termo entre a catástrofe e a bem-aventurança, ou seja, ou a economia está para entrar em crise, ou tudo está às mil maravilhas. De tal forma que quem está esperando uma crise profunda acaba achando que estamos até indo bem. Ocorre que existe uma enorme diferença entre evitar crises e ir bem.

Ainda, segundo Krugman, diante destas opções de leitura, o público americano e os mais diferentes profissionais que desejam ficar bem informados da situação e do dia-a-dia da economia ficam como que desapontados por não conseguirem entender a realidade econômica em que vivem.

Ora, se essa postura e comportamento se verifica no chamado "mundo desenvolvido", constituído de pessoas

relativamente bem informadas e instruídas, o que não deverá acontecer em um país como o BRASIL? E o que não dizer do Brasil durante a última década, que aliado à leitura do "sobe-e-desce" na área da Economia apresentou um comportamento da mídia que, de uma maneira intencional, a crítica e quase que irrestrita incitou nossa população, e a classe média em particular, na defesa de **um projeto de reestruturação econômica e do Estado alicerçado na abertura comercial, antisocial e antinacional**. Vivenciamos uma década em que o discurso econômico nos meios de comunicação de massa objetivou persuadir a população e não explicar os fatos (Kucinski, 1999).

Eleito em 1994, o presidente Fernando Henrique Cardoso prometeu em sua campanha priorizar a área social, tendo inclusive apresentado os dedos da mão com os cinco pontos prioritários: SAÚDE, EDUCAÇÃO, EMPREGO, AGRICULTURA E SEGURANÇA.

Como é do conhecimento geral, durante o 1º mandato de Fernando Henrique Cardoso, a propaganda oficial, as televisões, os jornais e as rádios apresentaram o governo e seu projeto para a nação em tons bastante ufanistas, de tal forma que o atual governo apareceu como aquele que havia reduzido a miséria no país, melhorado a distribuição de renda, proporcionado melhores condições de vida a população pobre e tirado milhões de brasileiros da miséria.

Mesmo diante de questões graves como a compra de votos para reeleição, sujeira das licitações como demonstrou o grampo do BNDES, assessores metidos em supostas falcaturas (o Sr. Eduardo Jorge, por exemplo), o sucesso do Plano Real possibilitou que todas essas graves questões fossem esquecidas e jogadas para debaixo do tapete. Hoje, não se discute e questiona as "traquinagens do governo federal" com o dinheiro público. O caso do aluguel de energia elétrica emergencial que poderá custar até R\$ 16 bilhões aos cofres do tesouro, e o esquema salva-Globo (o suposto empréstimo do BNDES a Globocabo) são emblemáticos.

Até mesmo as declarações absurdas do "príncipe", sobre diferentes segmentos da população, foram prontamente abafados. Durante os seus dois mandatos, o presidente Fernando Henrique jogou o consumidor contra os empresários nacionais chamando-os de "esses aproveitadores"; colocou o contribuinte contra os funcionários públicos, "esses marajás"; o pobre contra os agricultores, "esses caloteiros"; a opinião pública contra os aposentados

"esses vagabundos" (Biondi, 2000). Acusou os sem-terra de cooperar com produtores da maconha no Nordeste; os empresários que foram afetados pela política de juros elevados e pela irresponsável e indiscriminada abertura comercial foram chamados de "ineficientes e atrasados"; funcionários públicos foram também chamados de "vagabundos"; os críticos do plano Real foram acusados de catastofistas e impatrióticos; os professores foram acusados de serem profissionais que por não saberem fazer nada viravam professores.

E mais uma. Ricardo Oliveira que foi arrecadador de fundos das campanhas do José Serra para a Câmara, em 1990, e o Senado em 1994, foi acusado de cobrar propinas para a campanha do candidato do governo a presidência da república. O ex-arrecadador de fundos do PSDB teria cobrado comissão na privatização da Vale, segundo a revista VEJA. Em matéria de capa de maio de 2002, a revista Veja diz que o ex-diretor do Banco do Brasil Ricardo Sérgio de Oliveira, um dos arrecadadores de recursos para as campanhas de 1990 e 1994 de José Serra, pediu 15 milhões de reais de comissão ao empresário Benjamin Steinbruch, que dirigiu o consórcio que venceu o leilão de privatização da Companhia Vale do Rio Doce.

Nessa última década as oposições, as críticas, e até as propostas alternativas da oposição, praticamente desapareceram dos meios de comunicação e foram ridicularizadas. A mídia procurou passar a idéia e a imagem de que as oposições não possuíam nenhuma proposta alternativa para o Brasil. (Lesbaupin, 1999).

As dissidências contra a política econômica do governo FHC não puderam se manifestar e não tiveram espaço nos meios de comunicação. Algumas raras e boas exceções foram o Jornal Folha de São Paulo, a revista Carta Capital e os colonistas Jânio de Freitas, Carlos Heitor Cony, Aloísio Biondi e José Simão.

Nem mesmo hoje, diante da crise que se abate sobre a sociedade e a economia Argentina, que representa o caso mais puro e mais grave de subordinação ao mercado e aos ditames do grande capital internacional, somos informados das nossas fragilidades. Duvido que a população em geral e a classe média em particular se sintam enganada pela mídia depois de todas as promessas de modernidade, integração e inserção ao primeiro mundo realizada pelo governo FHC na década passada, principalmente no primeiro mandato.



# O ELES MENTIRAM PARA NÓS?

Então eles mentiram para nós? Próximo do término de seu 2º. Governo, o fato mais relevante da nossa economia é que essa não vai bem, sobretudo se comparada com qualquer expectativa e perspectiva anteriormente a nós vendida e apresentada quer seja pela mídia, pela equipe econômica e pelo governo federal.

O presente artigo tem por objetivo apresentar e transmitir alguns fatos que os economistas e o governo de Fernando Henrique Cardoso conhecem, mas não é apresentada de forma clara a toda população. É importantíssimo que compreendamos a atual situação da economia brasileira para que possamos acordar da nossa letargia, encarando nossos problemas de frente, em vez de deixá-los sobre o controle de uma equipe econômica descompromissada com o futuro da nação. O início de uma reação nacionalista deve se basear na sua completa compreensão. Trata-se, pois, de um panfleto político, um chamamento à razão. É talvez algo mais raro: uma tentativa de explicar a natureza das coisas e seus porquês. (Krugman, 1992).

Semelhante ao modelo Argentino, a política econômica escolhida pelo governo brasileiro foi liberal, guiada pela integração passiva e submissa à economia globalizada e apoiada na abertura comercial. O grande capital internacional e os mercados financeiros globalizados ditaram as regras que nosso país se submeteu, elevando a nossa grande vulnerabilidade e dependência de capitais externos.

As elites aculturadas da América Latina se deixaram convencer facilmente pelas idéias e propostas divulgadas pelos liberais e pelo Consenso de Washington, de que os recursos externos fluiriam na exata medida de nossa adesão à política ortodoxa liberal. Acreditou-se na crença da oferta ilimitada e infinita de recursos do mercado internacional. Hoje, até o nosso "príncipe", sabe que a adesão ao neoliberalismo acabou em tragédia.

A Argentina esforçou-se ainda mais que o Brasil para seguir e cumprir as recomendações dos economistas liberais do Consenso de Washington e da escola de Chicago. Nem mesmo por ter cumprido toda as recomendações, num caso extremo de submissão, a Argentina obteve tratamento diferenciado dos grandes investidores dos mercados financeiros. Quando as privatizações acabaram e as oportunidades lucrativas se reduziram, os investimentos diretos na Argentina diminuíram. Não adiantou a conversibilidade da moeda nacional, o Currency Board, a adesão ao modelo liberal como política visando criar uma plataforma de exportação. A adesão às políticas liberais de Domingos Cavallo

terminou em tragédia e convulsão social (O'Connor, 2002).

Os sucessivos acordos realizados com o Fundo Monetário Internacional (FMI), serviram apenas para agravar questões sociais, prolongar a agonia do modelo argentino e viabilizar a saída ordenada dos investimentos estrangeiros do país. Depois de editar diversos planos econômicos que cada vez mais arruinaram o país, o governo argentino ficou só. Até o FMI o abandonou.

**A situação do Brasil é, em essência, a mesma da Argentina.** Semelhante ao México e a algumas nações dita emergentes, Brasil e Argentina (cujo processo de integração aos mercados internacionais começou bem antes) montaram uma estratégia de combate à inflação e de desenvolvimento econômico contando com a crescente liquidez e afluxo de capitais para os países periféricos que se abrissem à globalização.

O plano Real e todo os programas de estabilização macroeconômico de reformas monetárias implementados em diferentes países da América Latina, em especial, o México de Salinas, o Peru de Alberto Fujimori, a Argentina de Carlos Menem e a Bolívia, pertencem a uma "família" de planos que seguem o mesmo figurino. **Nós apenas fomos o último.**

O Plano Real atende prioritariamente as exigências de expansão do capital financeiro internacional que necessita de estabilidade das moedas, exige livre trânsito de entrada e de saída e precisa de novas oportunidades para investimento. Destina-se a eliminar com a inflação, mas não a assegurar a estabilidade da economia.

A ideologia do mercado concentrou ênfase apenas nos aspectos que interessavam ao capital financeiro. Nesse processo se fez necessário um combate à inflação apoiado na âncora cambial e nas importações, sustentado e apoiado, na já mencionada, oferta ilimitada de recursos internacionais que viabilizaria o temerário endividamento externo. Complementavam o quadro de políticas recomendadas, a abolição de qualquer forma de controle sobre o capital, uma política deliberada de obtenção de superávit fiscal para garantir o pagamento dessa dívida, uma política de privatização desenfreada criando oportunidades de negócios para os capitais internacionais e o desmantelamento do Estado Social.

Do mesmo modo que na época dos romanos que selecionavam pessoas para estudar e se "preparará" para, posteriormente, retornarem às suas regiões de origem e lá aplicarem a política da elite romana, uma geração de economistas

latino-americana viabilizou essa política que interessava ao capital financeiro nos seus países de origem. Formados e/ou com cursos de pós-graduação em universidades estrangeiras, principalmente nos Estados Unidos da América, cuja formação é baseada exclusivamente em modelo macroeconômicos, esses economistas implementaram as medidas recomendadas com dever de casa para que os países emergentes se tornassem aptos para o recebimento de recursos internacionais. A formação desses profissionais americanizados apresenta como característica a falta de conhecimento do mundo real, dos processos de desenvolvimento, dos valores sociais e de políticas essenciais para construção de uma nação. Esses economistas prontamente assumiram a defesa e o comando desse processo. Além do que, a execução dessa tarefa propiciou a esses "profissionais" e "consultores" respeitabilidade e aumentou as oportunidades de atuação deles junto ao mercado financeiro em expansão (Nassif, 2001).

Essa "agenda negativa" foi, desde cedo, reconhecida e condenada por parte dos economistas que, por esse ato, foram ridicularizados pela propaganda oficial, pelo Príncipe e pela mídia. Em 1995 a professora Maria da Conceição Tavares já nos apresentava o que representaria para o Brasil a utilização de tal modelo: *"Estas políticas negativas têm como resultados globais três tendências difíceis de reverter: as primeiras são os desequilíbrios potenciais do balanço de pagamentos em transações correntes, associado a uma segunda que é uma crise fiscal permanente. A terceira tendência é o desemprego estrutural que está envolto na destruição dos aparelhos produtivos e do Estado"*.

Dessa forma, não convém acreditarmos nesse argumento frágil e tolo de que foram as crises externas (México, Rússia, Tigres Asiáticos e Argentina) as grandes responsáveis pela falência do plano Real, da nossa nova tutela junto ao FMI e da elevação da vulnerabilidade externa que nos coloca quase uma camisa de força e nos impede de crescermos a taxas adequadas. **Todas essas mazelas e fragilidades fazem parte do modelo utilizado e da proposta implementada e seguida.**

O Brasil, ao implementar esse modelo, que tinha no seu núcleo básico a âncora cambial sobrevalorizada e a abertura comercial sabia ou deveria saber dos riscos que estava correndo. Constantemente, a propaganda oficial e a equipe econômica, com grande colaboração da mídia, tentaram passar a



impressão de que não tínhamos nada a ver com o problema e éramos apenas vítimas de tal situação, ou seja, vítimas da crise momentânea dos mercados globalizados.

A ancoragem cambial com moeda sobrevalorizada provocou o encarecimento dos produtos brasileiros que, mais caros, elevou nossa dificuldade de exportação. Por outro lado, essa mesma sobrevalorização tornava cada vez mais baratos os produtos estrangeiros e estimulava a importação de muitos produtos. Concomitante a abertura comercial, a redução de tarifas e barreiras à entrada de mais produtos importados criou um déficit na balança comercial que elevou a nossa sabida vulnerabilidade externa. Passamos, em curtíssimo espaço de tempo, de um modelo estrutural superavitário na balança comercial para um que apresentou déficits elevados.

A resposta, no curto prazo, foi à queda da inflação e o crescimento acelerado da legitimidade política do governo de Fernando Henrique Cardoso e de sua política econômica. A ancoragem cambial e a entrada de produtos estrangeiros conseguiram alterar os preços internos, diminuindo o ritmo e a velocidade com que esses preços subiam (a âncora cambial serviu de referência para que os preços dos produtos nacionais tivessem como base o preço dos produtos importados).

De qualquer forma, o **resultado em longo prazo confirmou e correspondeu aos diagnósticos que os críticos "dinossauros" haviam alertado.** Essa política nos trouxe e importou em custos elevados e consequências gravíssimas. O primeiro efeito foi o aumento do grau de vulnerabilidade externa brasileiro devido ao crescimento mais que proporcional no ritmo de crescimento e na dependência de produtos importados pelo nosso país.

Atualmente, devido a essa política, nossa economia ao entrar em uma fase de crescimento necessita importar uma quantidade de produtos em volume maior que o ritmo de crescimento do nosso PIB (Produto Interno Bruto). Esse fato desembocou num segundo grande problema representado na elevação do déficit da balança comercial (exportação - importação: 1995/2000), que reverteu um processo iniciado pelo ex-ministro Delfim Netto, entre 1983/1984, que foi a criação de um modelo estruturalmente superavitário na balança comercial, e que somente perdia em valor a nível mundial para o Japão e para a Alemanha.

Outro impacto negativo decorreu do agravamento do nosso estrutural déficit na balança de serviço, ou seja, nas contas de turismo, fretes, seguros, lucros, dividendos e juros. Esse agravamento decorreu principalmente devido aos serviços da dívida externa e aos custos de fretes, que cresceu após a extinção de nossa marinha mercante. Elevamos o nosso déficit na conta de transações correntes e pressionamos cada vez mais a conta de Capital (investimento direto, reinvestimento, empréstimos, financia-

mentos/amortizações, outros capitais). Como não possuímos moeda forte ao nível de comércio internacional, necessitamos criar e atrair um elevado superávit na conta de capital.

A política de atração de capitais do governo de Fernando Henrique esteve respaldada em três elementos principais: juros altos, câmbio estável e liberdade para os capitais. A manutenção da taxa de juros em níveis elevados serviu e serve para atrair o capital financeiro internacional em troca de alta rentabilidade. O câmbio estável e a liberdade de capitais asseguraram a rentabilidade real dos investimentos externos e garantiram o retorno dos recursos para seus países de origem.

Em decorrência dessa estratégia, se fez necessário à manutenção de alto volume de reservas. Essa necessidade de manutenção pelo BACEN (Banco Central do Brasil) de altos volumes de reservas para garantir os empréstimos quando da saída dos recursos, foi possibilitada por uma conjuntura internacional bastante favorável. A partir de 1993 ocorreu um boom nos mercados financeiros internacionais, de modo que, a época do lançamento do Plano Real foi sumamente feliz, o que levou a sobrevalorização do Real. Em setembro de 1994 o dólar valia apenas US \$ 0,83 do Real. A entrada de capitais foi crescente. Em 1993, entraram 10.1 bilhões de dólares. Em 1994 US\$ 14.3 bilhões. Em 1995 US \$ 30.7 bilhões e em 1996 US \$ 33 bilhões (Singer, 1999).

*"A partir de 1995, a situação se complicou. A realidade da economia brasileira se apresentava totalmente diferente da que motivara o surgimento do Plano Real. As fragilidades acumuladas, diante das diversas crises externas forçaram o governo a ter como objetivo reverter à fuga de capitais, sacrificando ainda mais o crescimento do país..."*

Porém, a política de elevação da taxa de juros trouxe e traz consequências negativas ao nível da dívida interna. Apresentando comportamento semelhante ao da balança comercial, o setor público torna-se estruturalmente deficitário. Embora as contas primárias apresentem resultado superavitário nos últimos anos, a perda de controle sobre a dívida decorreu dessa componente financeira (juros) e da venda de títulos públicos, para enxugar a liquidez (retirar moeda da economia) provocada pelo alto ingresso de recursos externos. Criamos os déficits gêmeos. (déficits Interno e Externo) difíceis de serem resolvidos.

Em virtude da entrada de capitais estrangeiros no Brasil expandir a base monetária e a oferta de créditos, a política do governo procurou elevar a venda de títulos públicos objetivando evitar que a emissão de moeda e o consequente aumento da demanda trouxesse possíveis pressões inflacionárias. Desse modo, a dívida líquida do setor público cresceu, desequilibrando as contas do setor público federal e contribuindo para elevar a dívida pública que passou de R \$ 60,0 bilhões em 1994 para a casa dos R \$ 660 bilhões em dezembro de 2001, representando 53,3% do PIB (Nogueira da Costa, 2002).

A elevação da propensão a importar expandiu o déficit comercial externo e nas contas externas, sem que a política de câmbio pudesse ser utilizada para ajustar essa situação. Os juros elevados também não puderam ser reduzidos, pois significaria não atrair capital, o que impactaria negativamente a conta de capital e, tornaria difícil, o fechamento do balanço de pagamentos. Assim, as condições do setor externo (aumento das importações) combinadas com a componente financeira (juros altos), além de elevar o déficit público, reduziram as possibilidades da atividade econômica se expandir a taxas elevadas. A saída encontrada pelo governo FHC foi a de cortar investimentos, arrochar salários dos funcionários públicos, controlar estados e municípios e vender as empresas estatais (privatização) como desculpa para tratar do déficit público.

A partir de 1995, a situação se complicou. A realidade da economia brasileira se apresentava totalmente diferente da que motivara o surgimento do Plano Real. As fragilidades acumuladas, diante das diversas crises externas forçaram o governo a ter como objetivo reverter à fuga de capitais, sacrificando ainda mais o crescimento do país e deixado-nos como opção à política do stop and go.

Na Argentina, a rigidez da conversibilidade da moeda, implantada pelo ex-ministro Domingos Cavallo agravou, com o passar do tempo, a questão das contas do Balanço de Pagamentos e inviabilizou uma política de desvalorização do peso que pudesse eliminar a defasagem cambial e aumentar a competitividade dos produtos argentinos de exportação. Mais que nunca, a política do governo da Argentina de inserção subordinada ao comércio internacional tornou necessário à manutenção de um fluxo crescente de capitais externos para compensar os déficits da balança comercial e de serviço, e assim, poder fechar o balanço de pagamentos.

Para os ideólogos do modelo brasileiro, o objetivo do plano era forçar e viabilizar o crescimento de nossa competitividade internacional, numa política de criação de plataformas de exportação. Foi com base nesta proposta que o governo FHC procurou modernizar a indústria brasileira e nos levou na via de uma inserção ainda mais subordinada ao capital e comércio internacional.



O caráter regressivo das reformas dolarizantes dos diversos programas implementados na América Latina aparece de forma patente e inequívoca, na experiência do programa de conversibilidade argentino, que optou por um esquema de estabilização que incluía ancoragem cambial, conversibilidade da moeda nacional, subordinação da base monetária às regras internacionais e uso interno do dólar como moeda. As consequências para Argentina de hoje são a desnacionalização, miséria, desemprego, perda da moeda nacional, perda dos instrumentos de política econômica e perda da autonomia nacional devido à utilização de uma política que representa uma forma clara de retrocesso ao “estatuto colonial”.

O Brasil, diante das crises do México em dezembro de 1994, dos Tigres Asiáticos em outubro de 1997 e da crise da Rússia em agosto de 1998 revelou, com toda clareza, as fraquezas da alternativa seguida. O governo de Fernando Henrique Cardoso em todas essas ocasiões procurou somente conter a saída dos capitais estrangeiros, elevando a taxa de juros, cortando o crédito e anunciando alguma forma de ajuste fiscal.

O ajuste das contas públicas se fez necessário para sinalizar aos “investidores estrangeiros” que o Brasil teria condições de cumprir e honrar seus compromissos de pagamento dos empréstimos e dívidas contraídas. Tendo em conta a política monetária do governo federal, ou seja, juros elevados e lançamentos de títulos para enxugar a liquidez, a realização do ajustes das contas públicas a cada dia se tornou cada vez mais difícil de ser executado (Cappa, 2000).

O governo brasileiro procurou responder as crises externas de tal forma a demonstrar uma situação de solvabilidade, procurando também evitar a saída de capitais externos em grande quantidade e assim impedir uma crise cambial de graves proporções. No início de 1995, além de elevar os juros, modificou a política cambial passando a realizar pequenas desvalorizações por meio do sistema de bandas cambiais (uma faixa de flutuação das cotações do Real com relação ao Dólar).

No auge da crise da Rússia saíram do país cerca de US \$ 41 bilhões e as reservas baixaram de US \$ 74 bilhões para perto de US \$ 33 bilhões. Este fato levou o Brasil a recorrer ao Fundo Monetário Internacional obtendo um empréstimo de US \$ 41 bilhões de dólares (recursos do BID, BIS, FMI e mais vinte países). Como a saída de dólares do país não dava sinais de diminuir, no início de 1999 o governo federal foi obrigado a abandonar completamente a defesa da taxa de câmbio, permitindo que esta flutuasse ao sabor da oferta e demanda de divisas, ou seja, deixou o câmbio livre.

Em janeiro de 1999 ocorreu uma máxi desvalorização cambial (uma desvalorização do Real da ordem de 45%).

**Com a desvalorização cambial, o**

**“Plano Real” acabou.** O governo ao invés de mudar de rumo, aprofundou ainda mais o modelo. O FMI passou a monitorar novamente o rumo da economia brasileira e mais uma vez ocorreu agravamento das questões econômicas e sociais. Empresas quebraram, parque industrial foi desnacionalizado e o desemprego cresceu de forma epidêmica (Singer, 1999).

As elevadas taxas de juros, aliado aos sucessivos ajustes nas contas públicas para evitar crises cambial e fiscal, reduziram os investimentos privados e públicos na economia brasileira, impedindo um crescimento sustentado e jogando o país numa situação de queda no ritmo de desempenho econômico pós-1996.

Analisando o desempenho do PIB brasileiro nos anos 90 constatamos que o nosso país configurou um quadro de semi-estagnação econômica com um crescimento médio anual de 1,9%, portanto inferior a chamada “Década Perdida”. A política econômica implementada entre os anos de 1990 e 1992 resultou num período de forte instabilidade, seguiu-se um período de curta recuperação entre 1993/1995 (incentivada pelo aumento do consumo interno promovido pelo Plano Real) e estagnação econômica entre 1996/1999 (Cappa, 2002). Só não chegamos ao atual situação existente na Argentina devido a modificação na política cambial.

**O quadro brasileiro hoje não é menos crítico.** A política do governo FHC somente tem prolongado por um maior tempo possível o atual modelo na espera da retomada do interesse dos países desenvolvidos pelos investimentos nos países sul-americanos emergentes. No contrapé dos slogans da campanha de 2002 deveremos fechar o ano com taxa de inflação maior que a de 1998 e desemprego superior à média do primeiro mandato. Ao cabo de oito anos de governo FHC, os indicadores sociais pioraram e a nação empobreceu. (Carta, 2002). **Ocorre que no Brasil, como Argentina de hoje, nega-se ao cidadão até o acesso à verdade.**

*“É importantíssimo que compreendamos a atual situação da economia brasileira para que possamos acordar de nossa letargia...”*

**Apesar do noticiário da mídia, não estamos imunes e nem distante da crise ou de uma crise como a que se abateu sobre Argentina. Aliás, já fomos salvo uma vez do desastre. Em 1998, recebemos um pacote de US \$ 45 bilhões do FMI.** Como era para ser do conhecimento geral e não somente dos economistas melhor qualificados, o Brasil ao manter o controle de câmbio

por mais tempo do que o necessário estava praticamente quebrado as vésperas da eleição presidencial de 1998.

Somente agora, após terem deixado o FMI, os ex-diretores Stanley Fischer e Michael Mussa em artigo publicado, sugerem que os EUA impuseram tanto junto ao FMI quanto perante o G-7 (especialmente a Alemanha e Inglaterra) essa megaoperação de salvamento visando manter as condições propícias e favoráveis à reeleição de Fernando Henrique Cardoso (Netto, 2002).

Esse grave fato demonstra e mostra o grau de intervenção externa nas condições políticas e institucionais do país antes da eleição do nosso último presidente, ou melhor, o nosso atual “Governador Geral”. O que o “mercado” exigiu e foi atendido é que fosse eleito um aliado do seu interesse, que estivesse e fosse antenado e respaldado pelo “Grande Império” e pelo capital internacional.

Assim sendo, a integração passiva e subserviente do Brasil ao processo de globalização nos levou a redução do controle e na dinâmica da nossa economia e sociedade. Como na Argentina, fomos conduzidos e levados a depender dos humores do capital globalizado, do FMI, G 7 (em especial dos EUA), que recebem a pomposa denominação de “Deus mercado”.

Atualmente, qualquer desconfiança desses investidores (que por sinal não conhecem com profundidade e não tem interesse em melhorar nossa realidade) com relação aos “fundamentos” de nossa economia poderá nos conduzir a uma situação parecida com a da Argentina. Qualquer empresa de rating (empresas de classificação de riscos país, como a Moody’s, Standard & Poor’s e Ritch) pode influir e afetar os investimentos e o preço dos nossos títulos de dívida externa e assim desestabilizar a economia do Brasil.

Esse ponto chega a ser mais grave quando notamos que nos últimos dias de abril o principal título da dívida externa brasileira apresentou uma trajetória negativa em sete pregões seguidos e preocupou a alguns candidatos a presidente em 2002. O principal motivo para a desconfiança no mercado internacional foi apenas a melhora do candidato Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nas pesquisas eleitorais. Por isso, logo os bancos Merrill Lynch e Morgan Stanley rebaixaram os papéis brasileiros. O C-Bond perdeu 1,21% e operou com 78,25% de seu valor de face.

Todos esses fatos são devidos somente à melhora nas pesquisas de um candidato que parece não representar os interesses do capital financeiro internacional. Nesse contexto o risco Brasil também piorou. Naqueles dias, o Banco JP Morgan Chase, apontava valorização de 3,15% no índice nacional que operava em 851 pontos. Tal alta era a décima seguida. Há exatamente duas semanas antes (16 de abril), o risco brasileiro operava em 732 pontos. Em menos de 15 dias, o EMBI+ do Brasil subiu 119 pontos (+16,25%). (Nakagawa, 30/04/2002).



A política de integração passiva brasileira ao capitalismo globalizado com seu projeto de reestruturação econômica e do Estado, como os realizados anteriormente quer pelos países da América Latina, quer dos outros continentes (México, Peru, Argentina, Tigres Asiáticos, Rússia), continua na rota do fracasso e da crise econômica e social pelos outros já apresentados.

Semelhante a todos esses países citados, o Brasil depende da hipótese de manutenção das condições favoráveis na oferta de recursos externos e da confiança dos investidores estrangeiros nos chamados "fundamentos" de nossa economia. O grande problema é que a desconfiança do investidor externo pode se basear tanto em razões concretas e objetivas (dívida interna, dívida externa, etc.) como em razões imaginárias e subjetivas. E mesmo na ausência de razões concretas para uma debandada, a retirada rápida e maciça de aplicações financeiras em determinado país poderá ou a redução dos investimentos que tem possibilitado fechar a conta de capital poderá levar-nos a crise.

No Brasil, a dívida externa e, principalmente, a dívida interna estão apresentando comportamentos por demais preocupantes. O risco brasileiro até recentemente só perdía para os da Argentina, do Equador e da Nigéria. Pior: é maior do que o de países como a Venezuela e a Rússia. O investidor estrangeiro não quer correr riscos com seu valioso dinheirinho. Então, transfere seus dólares para investimentos mais seguros como títulos do Tesouro norte-americano. A quantidade de dinheiro mandada para o exterior dobrou no último mês de maio. (Dimenstein, 2002).

Diante da gravidade, do erro e da péssima opção de política implementada, devemos urgentemente recuperar o atraso resgatando o sentido de nacionalização, defesa do Estado, da economia e da nação, pois a continuidade e aprofundamento desse modelo nos levarão no futuro para uma situação semelhante ou até pior do que a dos argentinos, afinal de contas, o número de miseráveis e desempregados no Brasil era superior aos apresentados pelos argentinos.

Talvez até a globalização e a nossa integração a esse processo sejam condições necessárias. Porém, os exemplos de inserção subordinada dado pelos países em desenvolvimento Latino Americano, pelos países que compunham a União Soviética, e o quadro atual do Brasil nos revelam que devemos controlar esse processo.

Numa atitude diferente e contrária à realizada pelo governo brasileiro, a Índia e, principalmente China, nos apontam com outra saída e alternativa. A China, diferente de todas estas experiências citadas, criou uma forma gradativa de submissão às normas do Deus "mercado". Sem destruir o sistema vigente e nem desmontar o sistema de planejamento tem gradativamente aderido ao processo de globalização e as

regras de mercado, recebendo cada vez mais capital dos países adiantados, tendo até, após duras negociações no Gatt e, depois na OMC, sido admitido no concerto comercial das nações, porém com a condição de uma política de liberalização comercial que levará dez anos.

A China criou lentamente as opções para o sistema de mercado que irá substituindo gradativamente o planejamento. O estado manteve, contudo, o seu importante papel, inclusive com o seu criticado controle político sobre o cidadão. Com essa política econômica, a China tem revelado um crescimento médio de 8% a 9% desde o início dos anos 80.

Assim sendo, se faz urgente que a elite nacional tenham uma visão de nação e de futuro na rota de um verdadeiro DESENVOLVIMENTO SOCIAL NACIONAL. A linha a ser seguida deve priorizar a defesa do interesse interno, dos excluídos e da nação. As próximas eleições, como ato da democracia representa um avanço na busca de opções para nosso país. Mas, mesmo neste contexto a situação não é das melhores.

O professor da UFRJ Reinaldo Gonçalves (2002) estudando o Brasil e o futuro da econômica global conclui que, não só a financeirização aumentou a instabilidade sistêmica, mas também tem tornado cada vez mais limitadas às saídas para a crise do capitalismo global. Nesse mundo globalizado, à medida que o cenário internacional se agrava a situação do Brasil torna-se ainda mais frágil.

**O Brasil apresenta simultaneamente desestabilização macroeconômica, desmonte do aparelho produtivo, esgarçamento do tecido social, deterioração política e institucional e perda de governança com um desempenho que avança rapidamente num processo de "africanização" do país** (Gonçalves, 2002).

Na atualidade, apesar do avanço de algumas propostas de presidencialíveis que chamam a atenção para o problema da vulnerabilidade externa do país (comercial, tecnológica, produtiva, monetária e financeira), os projetos objetivam apenas reformas superficiais e parciais do capitalismo brasileiro.

Pelo apresentado, urge o repúdio da sociedade e da nação ao partido e todos que implementaram esse modelo perverso, anti-social e antinacional de política econômica irresponsável e de "lesa pátria" ●

\*Samuel Costa Filho é professor do Departamento de Ciências Econômicas/UFPI, Doutorando do Instituto de Economia/UNICAMP.

\*Luis Carlos Rodrigues Cruz "Puscas" é professor Departamento de Ciências Econômicas/UFPI, Coordenador do Curso de Economia/UFPI, Especialista em Economia Rural.

William Jorge Bandeira\*

O capitalismo se caracteriza pela relação básica entre capital e trabalho. Nesta relação acontece o contrato formal entre empresários e trabalhadores, o qual estabelece direitos e obrigações sobre a utilização pelo empresário da força de trabalho do empregado durante certo período por dia, no estabelecimento do empregador.

Esta relação é mais desenvolvida quando os trabalhadores encontram-se totalmente destituídos de suas condições de existência e só dispõem de sua força de trabalho como alternativa de sobrevivência e, portanto, estão plenamente dependentes do capitalista, pois só este último tem interesse em comprar sua força de trabalho. Se, no caso da zona rural, as famílias dispuserem de terras suficientes para produzir e prover sua subsistência, dificilmente se forma um mercado de trabalho agrícola, limitando o desenvolvimento de relações capitalistas no campo.

É aí que aflora a face cruel do capitalismo, pois, para garantir sua existência é necessário a expropriação dos produtores independentes, estabelecendo-se um regime especial de propriedade privada, onde somente os capitalistas podem ser proprietários dos meios de produção, embora o estabelecimento de relações capitalistas represente avanço notável da produtividade no campo, à medida que possibilita a introdução de tecnologias modernas na produção agropecuária, além de elevar o nível de capacitação dos próprios trabalhadores.

Na área urbana, as relações capitalistas são ainda mais claramente evidentes, embora sejam desenvolvidos mecanismos de sobrevivência informais (fora das relações capitalistas) que, muitas vezes, representam formas precárias de vida em face da insuficiência de empregos formais para todos àqueles que procuram trabalho. Essa insuficiência de postos de trabalho formais pode ser indício de baixo desenvolvimento econômico ou, ainda, uma inadequação na alocação dos recursos disponíveis, em que a tecnologia se caracteriza por baixa intensidade no emprego de mão-de-obra, convivendo com forte crescimento populacional.

O mercado de trabalho no Piauí se caracteriza por apresentar forte componente informal em face do pouco grau de desenvolvimento capitalista, sobretudo no campo, embora na área urbana o emprego informal seja muito alto. A população